

LUIZ CARLOS DE ANDRADE JÚNIOR

***A SIMULAÇÃO
NO DIREITO CIVIL***

A SIMULAÇÃO NO DIREITO CIVIL

© LUIZ CARLOS DE ANDRADE JÚNIOR

*Direitos reservados desta edição por
MALHEIROS EDITORES LTDA.
Rua Paes de Araújo, 29, conjunto 171
CEP 04531-940 – São Paulo – SP
Tel.: (11) 3078-7205 – Fax: (11) 3168-5495
URL: www.malheiroseditores.com.br
e-mail: malheiroseditores@terra.com.br*

Composição
PC Editorial Ltda.

Capa
Criação: Vânia Lúcia Amato
Arte: PC Editorial Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil
08.2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A553s Andrade Júnior, Luiz Carlos de.

A simulação no direito civil / Luiz Carlos de Andrade Júnior. –
São Paulo : Malheiros, 2016.
336 p. ; 21 cm.

Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-392-0349-9

1. Simulação (Direito civil) - Brasil. 2. Direito civil - Brasil. I. Título.

CDU 347.141(81)
CDD 346.81

Índice para catálogo sistemático:

1. Simulação (Direito civil) : Brasil 347.141(81)
(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araujo – CRB 10/1507)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO – CUSTODIO DA PIEDADE U. MIRANDA	5
PREFÁCIO	13

PRIMEIRA PARTE
O CONCEITO DE SIMULAÇÃO

1. PLANO DA INVESTIGAÇÃO EM TORNO DO CONCEITO DE SIMULAÇÃO	
1.1 <i>Qual conceito de simulação investigaremos?</i>	27
1.2 <i>Quais serão os passos desta investigação?</i>	34
2. AS TESES TRADICIONAIS SOBRE O CONCEITO DE SIMULAÇÃO	37
2.1 <i>Simulação como conflito entre vontade e declaração</i>	37
2.2 <i>Simulação como conflito entre declarações</i>	40
2.3 <i>Simulação como defeito funcional</i>	43
3. CRÍTICA ÀS TESES TRADICIONAIS SOBRE O CONCEITO DE SIMULAÇÃO	
.....	48
3.1 <i>A vontade de simular</i>	49
3.2 <i>A coerência do comportamento dos simuladores</i>	50
3.3 <i>A “causa simulandi” em sentido estrito</i>	53
4. FUNDAMENTOS DA ELABORAÇÃO DO CONCEITO DE SIMULAÇÃO ..	60
4.1 <i>A superação do “apriorismo conceitual”</i>	62
4.2 <i>A distinção entre negócio simulado e “negócio aparente”</i>	65
4.3 <i>A integridade do negócio simulado</i>	67
5. SIMULAÇÃO COMO CRIAÇÃO DA “ILUSÃO NEGOCIAL”	72
5.1 <i>A “duplex interpretatio” do negócio simulado</i>	73
5.2 <i>A ilusão negocial</i>	78
5.3 <i>A demonstração do conceito de simulação a partir do art. 167 do CC</i>	83

6.	<i>A ESTRUTURA DO NEGÓCIO SIMULADO</i>	88
6.1	<i>O acordo simulatório</i>	90
6.2	<i>A forma do negócio simulado e a forma do “negócio aparente”</i>	95
7.	<i>AS MODALIDADES DA SIMULAÇÃO</i>	102
7.1	<i>Simulação absoluta e simulação relativa</i>	102
7.2	<i>Simulação inocente e simulação nocente</i>	107
7.3	<i>Simulação total e simulação parcial</i>	109
8.	<i>AS MANIFESTAÇÕES TÍPICAS DA SIMULAÇÃO</i>	111
8.1	<i>O caráter exemplificativo do rol do § 1º do art. 167 do CC</i>	112
8.2	<i>Simulação subjetiva</i>	115
8.3	<i>Simulação objetiva</i>	126
8.4	<i>Simulação de data</i>	135
9.	<i>AS FRONTEIRAS SISTEMÁTICAS DA SIMULAÇÃO</i>	138
9.1	<i>Reserva mental</i>	140
9.2	<i>Falsidade</i>	146
9.3	<i>Falsa qualificação</i>	153
9.4	<i>Fraude à lei</i>	161
9.5	<i>Negócio indireto e negócio fiduciário</i>	169
9.6	<i>Abuso de direito</i>	174
10.	<i>Os LIMITES DA SIMULAÇÃO</i>	179
10.1	<i>Atos formais</i>	179
10.2	<i>Títulos de crédito</i>	183
10.3	<i>Atos não negociais</i>	187
10.4	<i>Negócios unilaterais</i>	190
10.5	<i>O debate sobre a simulação da sociedade (personificada)</i> ..	198
10.6	<i>Simulação e desconsideração da personalidade jurídica</i> ...	204
10.7	<i>Deliberações de órgãos da pessoa jurídica</i>	215
10.8	<i>Atos familiares</i>	217

SEGUNDA PARTE
A DISCIPLINA DA SIMULAÇÃO

11.	<i>A NULIDADE DO NEGÓCIO SIMULADO</i>	223
11.1	<i>A existência do negócio simulado</i>	225
11.2	<i>A nulidade especial prescrita no art. 167 do CC</i>	231

11.3	<i>Alegabilidade da nulidade do negócio simulado</i>	236
11.4	<i>Desdobramentos da declaração de nulidade do negócio simulado</i>	246
11.5	<i>Nulidade parcial</i>	250
11.6	<i>Prescrição e decadência</i>	250
12.	<i>A VALIDADE DO NEGÓCIO DISSIMULADO</i>	257
12.1	<i>A relação entre negócio simulado e negócio dissimulado</i> ..	258
12.2	<i>A extraversão do negócio dissimulado</i>	263
12.3	<i>Os requisitos de substância</i>	266
12.4	<i>Os requisitos de forma</i>	270
12.5	<i>Exame de caso: extraversão de doação de imóvel dissimulada</i>	277
13.	<i>OS DIREITOS DE TERCEIROS DE BOA-FÉ</i>	284
13.1	<i>Os pressupostos da proteção aos direitos de terceiros de boa-fé</i>	285
13.2	<i>Os direitos assegurados aos terceiros de boa-fé</i>	292
13.3	<i>Conflitos entre terceiros de boa-fé</i>	295
14.	<i>A PROVA DA SIMULAÇÃO</i>	299
14.1	<i>Os meios de prova</i>	299
14.2	<i>O ônus da prova</i>	302
14.3	<i>O que se deve provar? O “thema probandi”</i>	310
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	317